



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

INQUÉRITO Nº 4.921/DF

AUTOR : SOB SIGILO

INVESTIGADO : SOB SIGILO

ADV.(A/S) : SOB SIGILO

PETIÇÃO GCAA/PGR Nº 9/2023

Excelentíssimo(a) Senhor(a) Ministro(a) Relator(a),

O **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, pelo Subprocurador-Geral da República infrafirmado, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, vem à presença de Vossa Excelência, respeitosamente, expor e requerer o que segue.

No dia 12 de janeiro de 2023, a Procuradoria-Geral da República recebeu a representação anexa, subscrita por diversos membros do Ministério Público Federal, imputando a prática do crime de incitação, tipificado no art. 286 do Código Penal, a **JAIR MESSIAS BOLSONARO**.

De acordo com a narrativa apresentada, em 10 de janeiro de 2023, **Jair Messias Bolsonaro** fez publicação em rede social gerida pelo grupo

465926381



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

Facebook/Meta, veiculando um vídeo, cujo conteúdo questionava a regularidade das eleições presidenciais de 2022. Na esteira da narrativa posta:

“O vídeo mostraria um trecho de uma entrevista de um procurador do estado do Mato Grosso do Sul, em que este defende que a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) teria sido fraudada e que o voto eletrônico não seria confiável. No recorte publicado, referido servidor alega que ‘Lula não foi eleito pelo povo, ele foi escolhido e eleito pelo STF e TSE’, e que ‘Lula não foi eleito pelo povo brasileiro. Lula foi escolhido pelo serviço eleitoral, pelos ministros do STF e pelos ministros do Tribunal Superior Eleitoral’”.

Destacam os representantes que a publicação foi feita poucos dias após o “maior episódio de depredação que Brasília/DF já vivenciou”. Por esse cenário, a veiculação da aludida mensagem por **Jair Messias Bolsonaro** teria o condão de incitar novos atos de insurgência civil contra os Poderes da República, de modo a configurar o crime previsto no art. 286, parágrafo único, do Código Penal.

Ao final, requereram os representantes a deflagração de procedimento investigatório criminal, com a subsequente realização de diligências.

É o breve relato.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

A Procuradoria-Geral da República instituiu, por meio da Portaria n.º 24 - PGR / MPF, o Grupo Estratégico de Combate aos Atos Antidemocráticos, sob coordenação do Subprocurador-Geral da República signatário. Referido grupo tem o propósito de apurar condutas relacionadas aos atos antidemocráticos, notadamente aquelas praticadas em 08 de janeiro de 2023, na Praça dos Três Poderes, em Brasília, e promover a responsabilização criminal dos respectivos autores e partícipes

Para otimização de recursos investigatórios e para fins de adequada gestão das futuras ações penais, a Procuradoria-Geral da República propôs a instauração de inquéritos específicos para cada um dos núcleos de atuação criminosa, a princípio, identificados: 1) **núcleo de executores materiais dos delitos**; 2) **núcleo das autoridades de Estado responsáveis por omissão imprópria**; 3) **núcleo dos instigadores e autores intelectuais dos atos antidemocráticos**; 4) **núcleo dos financiadores dos atos antidemocráticos**.

Distribuído ao Supremo Tribunal Federal, o procedimento investigatório correlato ao núcleo de “instigadores e autores intelectuais dos atos antidemocráticos” foi autuado como **INQ 4.921**.

A propósito, o “núcleo de instigação e autoria intelectual” é composto por expositores de teorias golpistas, os quais efetivamente



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

promoveram a mobilização da massa violenta, por meio de redes sociais ou outros veículos de comunicação.

O primeiro fator de delimitação das linhas de investigação e dos indivíduos que devem figurar neste núcleo é a relevância causal das condutas de instigação ou de direção intelectual dos crimes perpetrados em 08 de janeiro de 2023.

Mas não é só. Para além da relevância causal, interessa o vínculo subjetivo entre os integrantes da turba antidemocrática e aqueles que se posicionaram como instigadores ou autores intelectuais dos crimes.

Os Estados Democráticos funcionam essencialmente amparados pela legitimidade conferida pela soberania popular. Não por acidente, os discursos que levaram à tentativa de destituição ilícita dos Poderes Constitucionais em 08 de janeiro de 2023 atacaram justamente a legitimidade da democracia vigente na República Federativa do Brasil, pela promoção da ideia de que os três Poderes atuam dissociados da soberania popular.

A propalação dessas ideias carregava o conteúdo finalístico de subversão da ordem constituída, para destituição dos Poderes Constitucionais e substituição por um regime alternativo, ilícito, produto da abolição do Estado Democrático de Direito que se conhece.

Não se nega que a instigação é conduta que se reveste de relevância penal somente quando iniciada a execução delitativa, salvo nos casos em



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

que se constituir como crime autônomo, justamente a hipótese do art. 286 do Código Penal.

Duas são as possibilidades de imputação aos instigadores: 1) art. 286 do Código Penal, nas hipóteses em que a instigação não é seguida do ato criminoso promovido pelo autor da conduta; 2) a própria prática criminosa objeto de incitação ou instigação, hipótese na qual referida ação se expressa como modalidade de *participação* em crime mais grave, justificando-se a incidência da norma de extensão pessoal prevista no art. 29 do Código Penal.

O que difere as duas situações é se: a) houve início da execução do crime instigado; b) há nexos causal entre a instigação e a prática criminosa que se seguiu. Desse modo e como regra, *inexiste participação* em crime que não tenha se exteriorizado no mundo fenomênico, pelo menos, na forma tentada. É nesse sentido a redação do artigo 31 do Código Penal brasileiro¹.

Adicionalmente, não basta, para fins de responsabilização penal, a constatação isolada da ação de instigar somada à verificação paralela do início da execução delitiva. É indispensável que haja nexos causal entre a instigação e a prática criminosa subsequente, bem como vínculo subjetivo entre os agentes. Em outros termos, o induzimento, a instigação e o auxílio – modalidades de participação – devem contribuir concretamente para o desdobramento causal do evento delituoso, de maneira que a norma de extensão pessoal ex-

1 O ajuste, a determinação ou instigação e o auxílio, salvo disposição expressa em contrário, não são puníveis, se o crime não chega, pelo menos, a ser tentado.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

pressa no art. 29 do Código Penal viabilize a responsabilização penal do partícipe.

A presente representação trata de conduta praticada por **Jair Messias Bolsonaro** em 10 de janeiro de 2023, pela qual o autor teria supostamente incitado a perpetração de crimes contra o Estado de Direito. Não se tem notícia de que atos golpistas dessa estirpe tenham se concretizado posteriormente à publicação atribuída ao representado, razão pela qual é acertada, a princípio, a tipificação sugerida pelos representantes. Há adequação, *in tese*, ao artigo 286 do Código Penal.

Há uma relação de continência entre o presente inquérito e a representação oferecida, em desfavor de **Jair Messias Bolsonaro**, que se limita ao crime inculcado no art. 286, CP. De todo modo, não se nega a existência de conexão probatória entre os fatos contidos na representação e o objeto deste inquérito, mais amplo em extensão. Por tal motivo, justifica-se a apuração global dos atos praticados antes e depois de 08 de janeiro de 2023 pelo representado.

Ante o exposto, o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL requer:

1. Seja determinada a juntada da representação anexa aos autos do INQ 4.921, por ser pertinente ao objeto do procedimento investigatório;



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

2. Expedição de ordem imediata, ao provedor de aplicação Meta, requisitando a **preservação** do vídeo postado e apagado no perfil <https://pt-br.facebook.com/jairmessias.bolsonaro/>, para posterior entrega, na forma do art. 15 do Marco Civil da Internet, assim como os metadados pertinentes à postagem (data, horário, IP etc.), para melhor aferir sua autoria, e, por fim, informações sobre seu alcance (número de visualizações, número de compartilhamentos e número de comentários), antes de ser apagado.

Brasília, data da assinatura digital.

**CARLOS FREDERICO SANTOS
SUBPROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA**

46592638